

Tarifa de importação é imposto

Eleitores conservadores nos EUA geralmente rejeitam aumentos de impostos, mas as tarifas oferecem uma maneira politicamente conveniente de aumentar a arrecadação



Sob câmbio flutuante, tarifas não são eficazes para corrigir desequilíbrios comerciais — Foto: Bloomberg

No debate norte-americano questiona-se se tarifas poderiam corrigir desequilíbrios comerciais e incentivar a manufatura doméstica. Historicamente, desempenharam esse papel nos Estados Unidos. Como primeiro secretário do Tesouro logo após a

independência, Alexander Hamilton implementou tarifas para proteger a indústria americana das importações britânicas. No século XIX, o Morrill Tariff Act, de 1861, protegeu os produtores domésticos e gerou receita para financiar a Guerra Civil, refletindo uma tendência protecionista que favoreceu setores como aço e têxteis. O Smoot-Hawley Tariff Act, de 1930, tentou proteger agricultores e fabricantes, mas reduziu as exportações e agravou a crise econômica global.

Esses exemplos históricos compartilham uma característica central: ocorreram sob um padrão-ouro ou um sistema de taxa de câmbio fixa. Sob tais regimes, as tarifas podiam ajudar a reduzir desequilíbrios comerciais por meio de ajustes internos - como pressão deflacionária ou redução da demanda doméstica - em vez de desvalorização cambial.

Entenda-se bem. Em um sistema de câmbio fixo ou padrão-ouro, a política monetária é limitada, e os déficits comerciais são corrigidos por meio de ajustes nos preços e salários domésticos, em vez de pela desvalorização cambial. Se as tarifas reduzem as importações, elas diminuem a saída de ouro ou reservas estrangeiras, estabilizando a oferta monetária. No entanto, como as taxas de câmbio permanecem fixas, a competitividade deve ser restaurada por meio da redução dos preços e salários domésticos, muitas vezes levando à contração da demanda interna.

Paralelamente, ao tornarem bens importados mais caros, incentivavam a produção local. De quebra, financiavam infraestrutura e subsídios industriais. Essa foi a estratégia por trás da industrialização dos EUA no século XIX, bem como de políticas semelhantes adotadas na Alemanha e no Japão.

Isso não significava que, sob regimes de padrão-ouro ou câmbio

fixo, as tarifas tenham sido uma solução perfeita. Muito pelo contrário: elas frequentemente protegem indústrias ineficientes, aumentavam os preços para os consumidores e provocavam retaliações comerciais. Mas sob um regime de câmbio fixo, se apresentavam como soluções toleráveis.

Atualmente, o mundo opera sob um regime de câmbio flutuante, e tudo muda. Quando um país como os EUA impõe tarifas, sua moeda tende a se valorizar, pois os fluxos de capital se ajustam e a demanda por moeda estrangeira diminui. Essa valorização torna as exportações mais caras e as importações mais baratas, neutralizando os efeitos protetivos pretendidos pelas tarifas.

Isso torna as tarifas amplamente ineficazes como ferramenta para corrigir déficits comerciais. Nos EUA, em vez de impulsionar a manufatura doméstica, elas tendem a fortalecer a moeda, anulando os benefícios esperados e deixando as indústrias tão competitivas (ou tão pouco competitivas, conforme o caso) quanto antes. Os verdadeiros determinantes dos desequilíbrios comerciais - como taxas de poupança nacionais, formação de capital, produtividade do trabalho e fluxos de capital - permanecem inalterados.

Se as tarifas não reduzem significativamente os desequilíbrios comerciais nem impulsionam a manufatura doméstica, qual é o seu propósito? A resposta mais imediata é arrecadação tributária. As tarifas funcionam como um imposto indireto sobre importações. Embora empresas e consumidores acabem arcando com o custo, o governo arrecada receita adicional sem precisar aprovar aumentos politicamente impopulares no imposto de renda.

Os eleitores conservadores nos EUA geralmente rejeitam aumentos de impostos, mas as tarifas oferecem uma maneira politicamente conveniente de aumentar a arrecadação. Formuladores de políticas

podem apresentar esses tributos como uma forma de punir concorrentes estrangeiros, conquistando apoio de um público cético a impostos mais altos.

Embora as tarifas não desencadeiem necessariamente uma inflação generalizada, elas alteram os preços relativos dos bens tributados. A valorização cambial que segue à imposição de tarifas pode compensar parcialmente os aumentos de preços dos produtos importados. Do ponto de vista fiscal, as tarifas aumentam a receita governamental, transferindo grande parte do ônus econômico para o setor de bens transacionáveis.

Ainda assim, há uma consequência sutil e inescapável: os impostos aumentam. As tarifas podem ser apresentadas como uma política econômica nacionalista, mas seu efeito fiscal imediato é extrair mais recursos para o governo. Enquanto seus defensores as promovem como ferramentas para proteger a produção e o emprego doméstico, esses efeitos tendem a ser ilusórios sob um regime de câmbio flutuante. Qualquer impacto positivo, portanto, tende a ser temporário - supondo que não ocorra uma guerra comercial retaliatória.

As tarifas sobre importações não restaurarão a competitividade dos produtores norte-americanos em um regime de câmbio flutuante. A única solução para isso seria um retorno à disciplina fiscal. Casos históricos e recentes demonstram que reduzir déficits é viável em uma democracia, desde que haja vontade política. Déficits menores reduziram a demanda artificial por dólares, levando a uma taxa de câmbio mais baixa e, conseqüentemente, tornando os produtos americanos mais competitivos no mercado global.

O fato é que as tarifas podem ser politicamente populares, mas sob câmbio flutuante são ineficazes para corrigir desequilíbrios

comerciais ou promover a indústria nacional. Em vez disso, funcionam essencialmente como um imposto oculto, que afeta desproporcionalmente consumidores e empresas dependentes do comércio internacional.

Se os formuladores de políticas norte-americanos realmente desejarem resolver os desafios fiscais e comerciais dos EUA, terão que abandonar medidas protecionistas ultrapassadas e focar em reformas econômicas sólidas. Um país mais forte e competitivo surgirá não de barreiras artificiais ao comércio, mas de políticas fiscais responsáveis, que abordem as verdadeiras causas estruturais dos desequilíbrios comerciais do país.

Bruno Meyerhof Salama é professor em UC Berkeley Law School e na FGV Direito/SP, e sócio de Salama Silva Filho Advogados.

Leonidas Zelmanovitz é senior fellow no Liberty Fund em Indianápolis e professor de Economia em Hillsdale College.